



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3108-1580 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 1ª Vara Criminal da Comarca de
Iguatu/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 5/2023/CGJCE

Corregedora Geral da Justiça:

Desembargadora Maria Edna Martins

Juíza Corregedora Auxiliar:

Dra. Ana Kayrena Da Silva Freitas



1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO	
Processo	PjeCOR n° 0000386-61.2023.2.00.0806
Unidade	1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu
Entrância	Final
Endereço	Rua José Amaro, s/n, bairro Bugi, Iguatu/CE.
Período da Inspeção	Junho de 2023
Portaria	Portaria n° 5/2023/CGJCE (DJe 17 de fevereiro de 2023).
Percentual de Digitalização	100%

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS	
Nome: EDUARDO ANDRÉ DANTAS SILVA	Matrícula: 23833
(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto	(X) Titular () Respondendo () Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria n° /
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais? Em respondência pela Vara Única da Comarca de Orós/CE.
Ingresso na Magistratura: 25/2/2016	Ingresso na Vara: 21/8/2017
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
Arthur Gomes Pontes		Matr. 10800
3.2 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	01
Cicero da Silva Cavalcante		Matr. 3156
3.3 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	02
Eduarda Bitu Silva		Matr. 46925
Iláise de Sousa Francelino		Matr. 46038
3.4 CEDIDOS	TOTAL	03
José Filho de Lima		Matr. 41882
Maria Luciene de Melo Cordeiro		Matr. 43132
Thaine Silvestre Costa		Matr. 43994
3.5 CARGOS EM COMISSÃO	TOTAL	03
Jéssica Oliveira de Souza	Supervisora de Unidade Judiciária	Matr. 24756
Jasiely de Moura Gomes	Assistente de Unidade Judiciária	Matr. 41880

2



Pedro Vinicius Soares da Silva	Assistente de Apoio	Matr. 49009
--------------------------------	---------------------	-------------

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA		
Nome: LEYDOMAR NUNES PEREIRA	() Titular (X) Respondendo	
Responde por outras Comarcas? (X) Sim () Não	Quais? Acopiara, Catarina, Quixelô e 13ª Zona Eleitoral.	

5 DO DEFENSOR PÚBLICO		
Nome: JOSÉ ANTÔNIO UCHÔA DE ALBUQUERQUE	() Titular (X) Respondendo	
Responde por outras Comarcas? (X) Sim () Não	Quais? Acopiara/CE.	

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA		
Processar e julgar as ações penais e seus incidentes. Atuar nas ações penais dos crimes dolosos contra a vida e nas competências judiciais e administrativas da execução penal.		

7 DO ACERVO PROCESSUAL			
Processos pendentes de baixa		1084	
Procedimentos investigatórios / Inquérito / Flagrante		163	
Carta Precatória, Rogatória ou de Ordem		26	
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE		2696	
Data da Inspeção: 21/5/2019	Nº CPA: 8501232-64.2019.8.06.0026		
(X) Diminuiu () Aumentou		Diferença:	-1612

8 DA PRODUTIVIDADE				
DADOS DO(A) MAGISTRADO(A)				
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (5/2022 - 4/2023)				
Item	Todas as Unidades		Unidade Inspeccionada	
	Quantidade	Média Mensal	Quantidade	Média Mensal
Sentenças	1613	134,42	502	41,83
Acordos	224	18,67	3	0,25
Decisões	3569	297,42	2658	221,5
Audiências	582	48,5	205	17,08
Despachos	3352	279,33	1019	84,92
DADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO				
8.2 Atuação de Grupos de Trabalho para melhoria da produtividade				
Grupo	Portaria nº		Período de atuação	
Núcleo de Produtividade Remota	22/2021		13/01/21 – 31/01/21	
	366/2021		01/03/21 – 30/04/21	
Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior	Nada consta		Nada consta	



Núcleo de Qualidade da Informação	Nada consta	Nada consta
DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 1/6/2023		
8.3 Gestão de desempenho (Ano: 2023)		
Processos novos		197
Processos pendentes de julgamento		935
Processos julgados		197
Processos pendentes de baixa		1084
Processos baixados		262
8.4 Gestão do acervo (Mês: Junho /Ano: 2023)		
Processos conclusos para Sentença		22
Processos julgados e não baixados		31
Processo Suspenso		235
Processos Reativados no mês		0
Processos Transitados no mês		39
Processos em grau de recurso no mês		3
Processos remetidos a outro foro no mês		1
Processos arquivados definitivamente no mês		59
Processos entrados no mês		65
Processos julgados no mês		28
Procedimentos entrados no mês		51
Procedimentos arquivados no mês		49
8.5 Processos prioritários		
Idoso	Pendente de Julgamento	8
	Pendente de Baixa	8
Réu preso	Pendente de Julgamento	94
	Pendente de Baixa	112
Doença Grave	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
Idoso / Réu preso	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
8.6 Processos paralisados há mais de 100 dias		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		6
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		0
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		0
Total		6
Percentual de processos paralisados há mais de 100 dias		0,55%
8.7 Gestão de Tempo e Qualidade		
Índice de processos com assunto cadastrado		99,80%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100,00%

9 DAS AUDIÊNCIAS		
9.1 Produtividade nos últimos 12 meses		
Total de audiências agendadas		480
Total de audiências realizadas		202
Audiências não realizadas		1
Audiências canceladas/redesignadas		39
9.2 Situação geral		
Processos aguardando a designação de audiências		11
Processos aguardando a realização de audiência		136
Audiência designada com a data mais distante		18/10/2023



10 AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE	
Informações prestadas pelo(a) Magistrado(a) e Supervisor(a), através do formulário eletrônico e no decorrer da visita à Unidade Judiciária ocorrida em 27/6/2023.	
10.1 VISÃO GERAL	
Processos Concluídos	
Para Despacho	34
Para Decisão Interlocutória	62
Liminares Pendentes de Análise	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	() Sim (X) Não
Custas Finais	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não
Como é feito? "Na maioria dos casos em que há condenação ao pagamento de custas processuais, o juízo, com base nos elementos evidenciados em cada caso concreto, tem reconhecido o estado de pobreza da grande maioria dos processados e, em tais situações, aplicado a suspensão da exigibilidade pelo prazo de 5 anos, com fundamentação no art. 98 do CPC. Nos processos em que não se aplica a referida suspensão, segue-se o disposto na Portaria Conjunta 428/2020/PRES/CGJCE."	
Das Audiências	
Processos aguardando a designação de audiências	11
Processos aguardando a realização de audiência de instrução	136
Quais dias são realizadas as audiências pelo gabinete? As audiências são realizadas de acordo com a disponibilidade do Promotor de Justiça e do Defensor Público às terças-feiras e quartas-feiras. A partir do mês de julho, as sessões dos júris serão realizadas às terças-feiras e quintas-feiras, em razão da designação de Promotor Justiça específico para a realização desses atos.	
Audiências de conciliação realizadas em 2022:	0
Audiências de conciliação realizadas em 2023 até o mês anterior em que a inspeção será realizada:	0
Qual modalidade está ocorrendo as audiências?	() Presencial () Virtual (X) Híbrida
10.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE	
10.2.1 Processos Cíveis	
Mandados de Segurança	0
Ações Cíveis Públicas	0
Ações de Improbidade Administrativa	0
10.2.2 Tribunal Popular do Juri	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	78
Juris realizados nos últimos 12 meses	40
Juris pendentes de realização	26
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	2
Processos inseridos na Meta ENASP	0
10.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal	
Cumprimento em Regime Fechado	45
Cumprimento em Regime Semiaberto	125
Cumprimento em Regime Aberto	68
10.2.4 Infância e Juventude	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	0
Total de processos de apuração de Ato Infracional	0



Total de processos de execução de medida socioeducativa	0
---	---

10.3 Do gerenciamento da unidade	
Há um Plano de Gestão específico?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os servidores já participaram do Programa +Gestão?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Quais canais de atendimento são utilizados?	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> Telefone <input checked="" type="checkbox"/> E-mail <input checked="" type="checkbox"/> WhatsApp Business <input checked="" type="checkbox"/> Balcão Virtual
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há servidor específico para análise das cartas precatórias?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há uma rotina para análise dos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, como é a rotina? São inseridas as tarjas e realizada análise prioritária.	
Há uma rotina para análise e impulsionamento dos processos paralisados há mais de 100 dias?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, como é a rotina? Através do SEI é identificado os processos que se encontram paralisados e quando se trata aguardando realização de audiência é certificado que o feito está aguardando a realização do ato.	
Há especificação de tarefa para cada servidor?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

10.4 Da videoconferência	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

10.5 Da estrutura física e conservação do imóvel	
O espaço é suficiente e adequado para o desempenho das atividades do Juízo de Direito?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui acessibilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não



10.5 Da estrutura física e conservação do imóvel

Estrutura física:

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

Reclamações/Constatações:

Ausência de manutenção e segurança no prédio, bem como dificuldade para reposição de material para limpeza e confecção dos expedientes (papel). Também foi dito acerca da falta de iluminação nas redondezas do fórum e ausência de auxiliar para poda das plantas e remoção do mato que se encontra no pátio do fórum. Além dessas reclamações, constatou-se grande quantidade de processos físicos nas dependências da unidade, em razão falta de espaço do arquivo (CPA Nº 8500170-80.2022.8.06.0091), e veículos apreendidos na lateral do prédio, conforme se verifica nas imagens:



10.5 Da estrutura física e conservação do imóvel



10.5 Da estrutura física e conservação do imóvel



10.5 Da estrutura física e conservação do imóvel



10.6 Mobiliário

(X) Suficiente () Insuficiente

Estado de conservação:

() Ótimo
 (X) Bom
 () Regular
 () Ruim

Reclamações/Constatações:
 Não houve reclamações quanto ao mobiliário.

11 PROCESSOS INSPECIONADOS

11.1 PROCESSOS COM REPRESENTAÇÃO NESTA CORREGEDORIA

Processo	Movimentação
Não consta, até 2/6/2023, processo administrativo de Representação Por Excesso de Prazo, em andamento, nos últimos 24 meses, em desfavor da 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu/CE – conforme certidão id 2957784.	
11.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processo	Movimentação
0011005-73.2020.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021. Denúncia recebida em 30/1/2023. Concluído para despacho desde 7/6/2023. Feito em ordem.
0203492-02.2022.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 21/8/2022. Julgado em 14/3/2023. Concluído para despacho desde 12/6/2023. Feito em ordem.



0010637-88.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 9/1/2021. Último impulso judicial em 20/7/2022. Concluído para despacho desde 12/6/2023. Feito em ordem, aguardando realização de perícia.
0202252-02.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 29/8/2022. Apelação recebida em 17/5/2023. Concluído para despacho desde 13/6/2023. Feito em ordem.
0050522-75.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 2/3/2021. Pedido de homologação judicial do Acordo de Não Persecução Penal em 7/6/2023. Concluído para despacho desde 14/6/2023. Feito em ordem.
0006493-08.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021. Acordo de Não Persecução Penal homologado em 26/1/2022. Concluído para despacho desde 14/6/2023. Feito em ordem, aguardando cumprimento do ANPP.
0010638-49.2020.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 9/1/2021. Acordo de Não Persecução Penal homologado em 1/2/2022. Concluído para despacho desde 14/6/2023. Feito em ordem, aguardando cumprimento do ANPP.
0051401-19.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 11/1/2021. Acordo de Não Persecução Penal homologado em 26/1/2022. Concluído para despacho desde 14/6/2023. Feito em ordem, aguardando cumprimento do ANPP.
0050892-54.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 26/4/2021. Acordo de Não Persecução Penal homologado em 20/4/2023. Concluído para despacho desde 14/6/2023. Feito em ordem, aguardando cumprimento do ANPP.
0052449-76.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 23/12/2021. Memoriais da acusação apresentados em 18/4/2023; prazo para a Defensoria Pública encerrado em 11/5/2023 sem apresentação dos memoriais. Concluído para despacho desde 15/6/2023. Feito em ordem, aguardando memoriais da defesa.

11.3 PROCESSOS CONCLUIDOS PARA DECISÃO

Processo	Movimentação
0010338-09.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de pedido do Ministério Público do Estado do Ceará objetivando a concessão de Medida Cautelar de Busca e Apreensão Domiciliar e Pessoal distribuída em 28/4/2022; deferimento em 20/5/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 11/5/2023. Feito em ordem.
0201204-71.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de pedido de habilitação nos autos feito em 5/6/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 5/6/2023. Feito em ordem.
0201201-19.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial distribuído em 5/6/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 5/6/2023. Feito em ordem.
0205330-77.2022.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 30/1/2023; recebimento da denúncia em 22/2/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 13/6/2023. Feito em ordem, aguardando realização de audiência designada para 26/7/2023.
0010500-04.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de pedido de liberdade provisória realizado em 1/6/2023, conclusão para Decisão Interlocutória desde 14/6/2023; audiência de instrução e julgamento do processo principal designada para 15/6/2023. Feito em ordem.



0010497-49.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de pedido de restituição de coisa apreendida realizado em 31/5/2023, parecer do MP em 13/6/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 14/6/2023. Feito em ordem.
0050023-91.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 11/1/2021; homologação do ANPP em 20/5/2022; manifestação ministerial em 13/6/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 14/6/2023. Feito em ordem.
0014182-11.2021.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 8/11/2021; julgamento em 20/2/2023; transito em julgado em 6/6/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 13/6/2023. Feito em ordem.
0049182-72.2016.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 13/1/2021; último impulso judicial em 21/3/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 15/6/2023. Feito em ordem.
0200559-92.2023.8.06.0302	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 31/3/2023; recebimento da denúncia em 10/4/2023; conclusão para Decisão Interlocutória desde 13/6/2023. Feito em ordem.
11.4 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
Processo	Movimentação
0052127-90.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 9/1/2021; conclusão para Sentença desde 20/6/2023. Feito em ordem.
0202679-96.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 10/10/2022; conclusão para Sentença desde 7/6/2023. Feito em ordem.
0006317-29.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; conclusão para Sentença desde 24/3/2023. Feito em ordem.
0050608-80.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; conclusão para Sentença desde 19/5/2023. Feito em ordem.
0099553-74.2015.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; conclusão para Sentença desde 14/6/2023. Feito em ordem.
0204605-88.2022.8.06.0293	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 24/11/2022; conclusão para Sentença desde 20/6/2023. Feito em ordem.
11.5 CARTAS PRECATÓRIAS	
Processo	Movimentação
0010401-34.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória recebida em 8/5/2023; determinação de cumprimento em 9/5/2023; expedição do mandado em 10/5/2023. Feito aguardando cumprimento do mandado. <i>Feito em ordem.</i>
0010346-83.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória recebida em 20/4/2023; determinação de cumprimento em 24/4/2023; expedição do mandado em 10/5/2023; cumprimento do mandado em 15/5/2023. Feito paralisado na fila "ag. análise da secretaria". <i>Realizar devolução ao Juízo Deprecante.</i>
0010422-10.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória recebida em 16/5/2023; determinação de cumprimento em 18/5/2023; expedição do mandado em 19/5/2023; cumprimento do mandado em 20/6/2023. Devolução ao Juízo Deprecante em 21/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>



0010429-02.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória recebida em 18/5/2023; determinação de cumprimento em 19/5/2023; expedição de mandado e ofício em 24/5/2023. <i>Feito em ordem aguardando cumprimento do mandado.</i>
11.6 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO	
Processo	Movimentação
0200110-37.2023.8.06.0302	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 14/2/2023; recebimento da denúncia em 22/2/2023; <i>feito em ordem aguardando defesa prévia.</i>
0001023-30.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento adiada e redesignada por diversas vezes ; feito aguardando realização de audiência com nova data para 19/7/2023. <i>Recomenda-se que a designação de audiências seja realizada no ato judicial e agendadas na pauta eletrônica a fim de evitar concomitância de designações.</i>
0010242-91.2023.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 16/3/2023; recebimento da denúncia em 9/5/2023; mandado expedido em 12/5/2023. <i>Feito aguardando cumprimento do mandado de citação.</i>
0006870-76.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; denúncia recebida em 28/4/2023; audiência designada em 15/6/2023 para 12/9/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0201784-38.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal distribuída em 11/7/2022; ratificação do recebimento da denúncia em 7/2/2023. <i>Feito em ordem aguardando realização de audiência de instrução designada para 18/10/2023.</i>
11.7 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0002766-61.2007.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; sentença de pronúncia proferida em 31/5/2023 e revisão da prisão preventiva na mesma data; juntada de rol de testemunhas em 13/6/2023; mandado expedido em 15/6/2023; feito aguardando cumprimento do mandado. <i>Em ordem.</i>
0021969-04.2010.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 18/1/2023; sessão do júri designada para o dia 27/6/2023 ; expedientes confeccionados tempestivamente. <i>Feito em ordem.</i>
0026337-22.2011.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; último impulso judicial em 21/3/2023; vistas à Defensoria Pública em 16/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0025510-11.2011.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; sessão do júri designada para o dia 8/8/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0030305-26.2012.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para 1/11/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0030310-48.2012.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; vistas ao Ministério Público em 13/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0030059-30.2012.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 18/1/2021; sessão do júri designada para o 15/8/2023 e posteriormente redesignada para o dia 27/6/2023 ; expedientes não confeccionados até a presente data (23/6/2023). Sessões do júri com sucessivas remarcações e incompatibilidade com a pauta.



0030308-78.2012.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento marcada para 4/5/2023 cancelada em razão das férias do magistrado titular e incompatibilidade com a pauta do magistrado substituto; Feito com tramitação lenta, aguardando realização de audiência. Evitar designação de audiências no período de férias do magistrado.
0031295-17.2012.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 18/1/2021; audiência de instrução e julgamento marcada para 3/5/2023 cancelada em razão das férias do magistrado titular e incompatibilidade com a pauta do magistrado substituto; <i>Feito com tramitação lenta, aguardando realização de audiência.</i>
11.8 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0048945-09.2014.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; determinação de expedição de mandado de busca e apreensão em 23/5/2022; reiteração da determinação em 19/9/2022; expedição de mandado em 24/10/2022; cobrança do mandado em 7/3/2023 e reiteração de cobrança em 23/6/2023. <i>Feito com retardo na tramitação no tocante a confecção e cumprimento dos expedientes.</i>
0003041-24.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 11/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28/6/2023; expedientes confeccionados tempestivamente. <i>Feito antigo com tramitação em ordem.</i>
0003130-47.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 11/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17/10/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0006317-29.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; último impulso judicial em 28/2/2023; concluso para sentença 24/3/2023. <i>Priorizar julgamento.</i>
0001338-24.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para 8/11/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0005704-09.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal redistribuída em 11/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para 27/9/2023. <i>Feito em ordem.</i>
11.9 PROCESSOS INSERIDOS NA META 8 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0010510-53.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 7/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para o dia 1/11/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0004422-67.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para o dia 6/9/2023. <i>Feito em ordem.</i>
11.10 PROCESSOS INSERIDOS NA META 10 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0000353-54.2018.8.06.0135	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal redistribuída em 9/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/7/2023. <i>Feito em ordem.</i>
11.11 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS	
Processo	Movimentação



0200040-54.2022.8.06.0302	Vistos em inspeção. Conversão da prisão em flagrante em preventiva no dia 19/10/2022; expedição de mandado de prisão através do BNMP na mesma data; manutenção da prisão preventiva em 10/1/2023 e 10/4/2023; julgamento e concessão de liberdade em 20/6/2023; alvará de soltura expedido via BNMP em 21/6/2023; liberado em 23/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0002766-61.2007.8.06.0091	Vistos em inspeção. Decretada prisão preventiva em 12/1/2007; Determinação de inclusão do mandado de prisão no BNMP em 23/8/2021 e renovação 24/6/2022; mandado de prisão cadastrado no BNMP em 12/8/2022; manutenção da prisão preventiva em 6/3/2023; sentença de pronúncia em 31/5/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0097041-21.2015.8.06.0091	Vistos em inspeção. Decretada prisão preventiva em 5/5/2015; sentença e manutenção da prisão preventiva em 28/7/2021; revisão da prisão novamente em 8/11/2021; julgamento e trânsito em julgado do recurso em 15/8/2022; revisão da prisão novamente em 30/8/2022, 5/12/2022, 2/3/2023 e 12/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0202372-45.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Decretada prisão preventiva em 13/9/2022; revisão da prisão em 16/12/2022 e em 20/3/2023 sentença e manutenção da prisão preventiva em 24/4/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0050162-43.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Decretada prisão preventiva em 10/9/2022; manutenção da prisão preventiva em 22/3/2023 e em 23/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0200276-33.2022.8.06.0293	Vistos em inspeção. Decretada prisão preventiva em 4/8/2022; suspensão da decretação da prisão preventiva em 3/11/2022; nova decretação de prisão preventiva em 30/1/2023; ato ordinatório e certidão em 2/2/2023 e 3/2/2023 sem estampar o nome do servidor responsável, contendo exclusivamente o nome da estagiária que os elaborou; certidão de cumprimento do Mandado de Prisão com o nome da estagiária. <i>Feito aguardando realização de audiência de instrução e julgamento para 12/7/2023.</i> Realizar juntada do recibo de envio ao BNMP; não permitir que atos privativos de servidores, sob a supervisão do magistrado, sejam realizados por estagiários.
11.12 EXECUÇÃO PENAL	
Processo	Movimentação
8000074-25.2022.8.06.0091	<i>Vistos em inspeção.</i> Trata-se de execução de pena privativa de liberdade. Último impulso judicial em 6/3/2022. <i>Feito aguardando realização da audiência de justificação. Designar data e realizar em data próxima.</i>
0005059-18.2018.8.06.0091	<i>Vistos em inspeção.</i> Trata-se de execução de pena privativa de liberdade. Último impulso judicial em 7/2/2023 determinando expedição de ofício à Central de Penas Alternativas; juntada de ofício da DEPEN em 15/3/2023 e juntada de relatório de atestado de pena em 22/6/2023. <i>Analisar.</i>
0005048-86.2018.8.06.0091	<i>Vistos em inspeção.</i> Trata-se de execução de pena privativa de liberdade. Último impulso judicial em 24/4/2023 determinando expedição de ofício ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Comarca de Iguatu; solicitação de resposta ao ofício em 21/6/2023. <i>Monitorar prazo de resposta.</i>



0042567-32.2017.8.06.0091	<i>Vistos em inspeção. Trata-se de execução de pena privativa de liberdade. Sentença de prescrição em 23/2/2023; trânsito em julgado em 23/2/2023. Feito pendente de arquivamento.</i>
11.13 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI	
Processo	Movimentação
0098783-81.2015.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal de competência do Tribunal do Júri redistribuída em 8/1/2021. Feito julgado transitado paralisado na fila Ag. Análise da Secretaria. <i>Adotar prazo para regularização da tramitação.</i>
0029783-62.2013.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal de competência do Tribunal do Júri redistribuída em 8/1/2021. Último impulso judicial em 8/11/2021 determinando intimação por edital. Feito paralisado na fila Ag. Análise da Secretaria. <i>Adotar prazo para regularização da tramitação.</i>
0003193-72.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal de competência do Tribunal do Júri redistribuída em 18/1/2021; sentença de pronúncia em 9/6/2020; sessão do Tribunal do Júri designada para 29/9/2022 e redesignada para 13/12/2022; cancelamento em razão da impossibilidade justificada de presença de Promotor de Justiça. Juiz solicitou designação de promotor de justiça (CPA N°8500419-95.2023.8.06.0026). Feito paralisado aguardando designação de data para sessão do Júri. <i>Realizar agendamento.</i>
0004973-47.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal de competência do Tribunal do Júri redistribuída em 8/1/2021; sentença de pronúncia proferida em 30/8/2022; trânsito em julgado em 11/1/2023; rol de testemunha apresentado em 18/2/2023. Feito paralisado na fila Ag. Análise da Secretaria. <i>Adotar prazo para regularização da tramitação.</i>
0099542-45.2015.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de ação penal de competência do Tribunal do Júri redistribuída em 8/1/2021; audiência de instrução e julgamento designada para 30/8/2023. <i>Feito em ordem.</i>
11.14 VERIFICAÇÃO BNMP – ALVARÁS DE SOLTURA	
Processo	Movimentação
0200418-61.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Concessão da liberdade provisória em 25/2/2022; alvará de soltura assinado em 9/3/2022; Não consta informação sobre o cumprimento do alvará de soltura. Feito arquivado definitivamente em 17/3/2023.
0203492-02.2022.8.06.0293	Vistos em inspeção. Revogação da prisão preventiva em 15/2/2023; alvará de soltura assinado em 17/2/2023; Não consta informação sobre o cumprimento do alvará de soltura.
0201453-56.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Direito de recorrer em liberdade concedido em 16/1/2023 e alvará de soltura assinado na mesma data; consta informação sobre o cumprimento do alvará de soltura em 17/1/2022.
0003463-62.2019.8.06.0091	Vistos em inspeção. Determinação de expedição do alvará de soltura em 16/1/2023 após inclusão do reeducando no monitoramento eletrônico; alvará de soltura assinado em 17/1/2023; consta informação sobre o cumprimento do alvará de soltura em 18/1/2022.
0200524-23.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Direito de recorrer em liberdade concedido em 20/2/2023; alvará de soltura assinado em 23/2/2023 consta informação sobre o cumprimento do alvará de soltura em 24/2/2023.
11.15 PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	



Processo	Movimentação
0200802-24.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial distribuído em 5/4/2022; determinação de arquivamento em 6/5/2022; Feito pendente de baixa. <i>Realizar baixa.</i>
0000986-03.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial redistribuído em 7/1/2021; vistas ao MP em 23/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0051621-80.2021.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial redistribuído em 5/8/2021; vistas ao MP em 23/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0005180-46.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial distribuído em 8/1/2021; determinação de arquivamento em 30/1/2023; <i>Feito paralisado na fila Ag. Análise da Secretaria.</i>
0050986-36.2020.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial redistribuído em 7/1/2021; vistas ao MP em 20/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>
0001828-80.2018.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial redistribuído em 23/1/2023; remetido à Delegacia de Defesa da Mulher de Iguatu em 6/2/2023 com prazo de 30 dias; <i>Feito paralisado na fila Ag. Encerramento do Ato.</i>
0200723-45.2022.8.06.0091	Vistos em inspeção. Trata-se de inquérito policial distribuído em 24/3/2022; vistas ao MP em 23/6/2023. <i>Feito em ordem.</i>

12 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO

Processo	Última movimentação	Movimentação
0005628-70.2013.8.06.0066	6/3/2023	11010 - Mero expediente
8000697-60.2020.8.06.0091	6/3/2023	581 - Documento
0002055-70.2018.8.06.0091	6/3/2023	60 - Expedição de # {tipo de documento}.
0099542-45.2015.8.06.0091	6/3/2023	60 - Expedição de # {tipo de documento}.
8000135-17.2021.8.06.0091	6/3/2023	581 - Documento
8000074-25.2022.8.06.0091	6/3/2023	11010 - Mero expediente
0011412-29.2015.8.06.0043	8/3/2023	581 - Documento
8000183-39.2022.8.06.0091	8/3/2023	1051 - Decurso de Prazo
8000046-91.2021.8.06.0091	10/3/2023	581 - Documento
0201003-16.2022.8.06.0091	10/3/2023	60 - Expedição de # {tipo de documento}.

13 HISTÓRICO DA UNIDADE EM 2021

Gestão de Acervo								
Mês	Taxa de congest.	IAD	Meta 1	Meta 2	Meta 4	Acervo	Paralisados há mais de 100 dias	
							Quant.	%
Jan/21	97,31%	185,71%	121,43%	3,88%	12,42%	941	49	5,21%
Fev/21	94,10%	278,26%	130,43%	6,58%	18,63%	1021	1	0,10%
Mar/21	90,67%	275,00%	175,00%	17,03%	31,06%	1069	0	0,00%
Abr/21	87,46%	236,36%	190,91%	26,02%	43,48%	1130	16	1,42%
Mai/21	82,11%	309,09%	221,21%	40,37%	52,63%	1083	182	16,81%
Jun/21	81,44%	199,13%	157,39%	43,05%	200,00%	1145	67	5,85%
Jul/21	77,21%	190,57%	135,85%	57,43%	228,57%	1135	80	7,05%
Ago/21	76,76%	154,59%	106,99%	67,12%	257,14%	1169	226	19,33%



Set/21	76,22%	146,06%	108,27%	81,04%	321,43%	1189	230	19,34%
Out/21	75,77%	140,14%	104,30%	97,48%	321,43%	1223	256	20,93%
Nov/21	71,72%	195,87%	145,45%	129,56%	357,14%	1182	276	23,35%
Dez/21	71,71%	142,81%	115,87%	129,56%	357,14%	1209	91	7,53%

14 HISTÓRICO DA UNIDADE EM 2022

Gestão de Acervo

Mês	Taxa de congest.	IAD	Meta 1	Meta 2	Meta 4	Meta 8		Meta 12	Acervo	Paralisados há mais de 100 dias	
						Femin.	Violen. Domest.			Quant.	%
Jan/22	72,34%	150,00%	108,33%	79,88%	93,41%	0	200,00%	0,00%	1195	46	3,85%
Fev/22	72,72%	134,62%	116,67%	79,88%	93,41%	0	200,00%	0,00%	1170	53	4,53%
Mar/22	76,61%	76,92%	168,00%	81,33%	104,40%	0	200,00%	0,00%	1202	193	16,06%
Abr/22	75,86%	86,60%	291,67%	80,52%	100,53%	0	200,00%	0,00%	1235	166	13,44%
Mai/22	76,10%	120,49%	222,92%	86,06%	100,53%	0	200,00%	0,00%	1229	80	6,51%
Jun/22	73,14%	143,92%	221,43%	89,29%	105,82%	0	200,00%	200,00%	1163	148	12,73%
Jul/22	73,30%	146,81%	242,65%	93,75%	114,29%	0	200,00%	200,00%	1142	121	10,60%
Ago/22	71,94%	132,92%	245,68%	97,55%	125,71%	0	200,00%	200,00%	1128	73	6,47%
Set/22	71,29%	122,66%	230,93%	101,10%	125,71%	0	200,00%	200,00%	1105	4	0,36%
Out/22	70,27%	126,85%	113,09%	234,29%	102,66%	0	200,00%	200,00%	1092	15	1,37%
Nov/22	72,20%	123,35%	223,68%	102,71%	125,71%	0	200,00%	200,00%	1096	26	2,37%
Dez/22	70,74%	129,36%	217,07%	104,22%	125,71%	0	200,00%	200,00%	1076	169	15,71%

15 HISTÓRICO DA UNIDADE EM 2023

Gestão de Acervo

Mês	Taxa de congest.	IAD	Meta 1	Meta 2	Meta 4	Meta 8		Meta 10	Acervo	Paralisados há mais de 100 dias	
						Femin.	Violen. Domest.			Quant.	%
Jan/23	71,29%	39,13%	62,50%	94,83%	120,54%	33,33%	200,00%	0,00%	1105	121	10,95%
Fev/23	69,05%	101,37%	103,13%	95,82%	120,54%	66,67%	200,00%	0,00%	1080	113	10,46%
Mar/23	67,26%	104,10%	169,05%	98,17%	120,54%	100,00%	200,00%	0,00%	1093	2	0,18%
Abr/23	65,86%	142,75%	221,74%	99,76%	120,54%	100,00%	200,00%	0,00%	1057	8	0,76%
Mai/23	66,10%	133,33%	165,01%	165,71%	112,55%	133,33%	200,00%	0,00%	1057	5	0,47%
Jun/23*	65,14%	132,99%	163,24%	100,89%	121,21%	133,33%	166,67%	0,00%	1084	6	0,55%

*Dados de junho de 2023 foram extraídos do SEI em 1/6/2023. Os dados anteriores foram extraídos do Painel da Meta nº 7/2010/CNJ publicado no site da Corregedoria-Geral de Justiça: <https://corregedoria.tjce.jus.br/produktividade-mensal/> e no SEI.

16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS



16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2023 < 65,2% - Portaria nº 1212/2023, DJe 16/05/2023)	
2021	71,26%
2022	69,62%
2023 (até o mês da inspeção)	65,14%
16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2023 é 120,07% - Portaria nº 872, DJe 27/04/2022))	
2021	132,01%
2022	131,87%
2023 (até o mês da inspeção)	132,99%
16.3 Julgados/Novos (Meta para 2023 é 110,27% - Portaria nº 872, DJe 27/04/2022)	
2021	104,50%
2022	113,74%
2023 (até o mês da inspeção)	100,00%
16.4 Meta 1 – Julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 2023 > 100%)	
Julgados	111
Novos	65
Entrados	0
Entrados por redistribuição	5
Saídos	1
Saídos por redistribuição	1
Cumprimento	163,24%
Julgamentos para atingir a meta	0
16.5 Meta 2 – Julgar processos mais antigos	
Julgados	32
Julgados anterior	307
Acervo Inicial	98
Entrados totais	18
Saídos totais	3
Pendentes	81
Cumprimento	100,89%
Julgamentos para atingir a meta	0
16.6 Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	
Julgados	0
Julgados anterior	26
Acervo Inicial	5
Entrados totais	2
Saídos totais	0
Pendentes	7
Cumprimento	121,21%
Julgamentos para atingir a meta	0
16.7 Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos crimes de violência doméstica	
Julgados	0
Julgados anterior	1
Acervo Inicial	0
Entrados totais	0
Saídos totais	0
Pendentes	-
Cumprimento	166,67%



Julgamentos para atingir a meta	0
16.8 Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos crimes de feminicídio	
Julgados	3
Julgados anterior	1
Acervo Inicial	5
Entrados totais	0
Saídos totais	0
Pendentes	2
Cumprimento	133,33%
Julgamentos para atingir a meta	0
16.9 Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais	
Julgados	0
Acervo Inicial	1
Entrados totais	0
Saídos totais	0
Pendentes	1
Cumprimento	0,00%
Julgamentos para atingir a meta	1
16.10 Meta 11 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente – Não aplicável	

17 ANÁLISE

17.1. Considerações iniciais.

A 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu/CE foi incluída no circuito de inspeções de junho de 2023 sob responsabilidade desta Juíza Corregedora Auxiliar, ora subscrevente, conforme disposto na Portaria nº 5/2023/CGJCE, DJe 17 de fevereiro de 2023, com processamento nos autos administrativos **0000386-61.2023.2.00.0806 – PJeCOR**.

A atividade inspeccional foi realizada com observância aos ditames do Provimento nº 02/2021/CGJCE (Código de Normas Judiciais), com apuração de dados administrativos e processuais por intermédio de formulários direcionados pela Corregedoria e alimentados pela unidade, consultas ao Sistema de Automação da Justiça – SAJPG. Sistema de Estatística e Informações – SEI, BNMP e SEEU, além de visita, *in loco*, ocorrida em 27/6/2023.

Atendendo ao disposto no art. 42 do Provimento nº 02/2021/CGJCE (Código de Normas Judiciais), o Juízo de Direito encaminhou o Formulário Eletrônico de Inspeção Judicial preenchido com as informações básicas para o início dos trabalhos.

A Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias, por sua vez, instruiu este procedimento com dados estatísticos da unidade e os atos de produtividade do magistrado.



17.2. Das condições estruturais, do quadro de pessoal e gestão da Unidade.

O ofício jurisdicional é situado na Rua José Amaro, s/n, bairro Bugi, Iguatu/CE, possuindo instalações físicas *satisfatórias*, adequadas ao pleno funcionamento do serviço de justiça, com acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Não obstante as reclamações e constatações do subitem 10.5, o espaço é dotado de *equipamentos de informática e mobiliário suficientes* ao serviço, encontrando-se em *excelentes condições de conservação e limpeza*.

A unidade inspecionada possui como titular o magistrado **Eduardo André Dantas Silva** desde 21/8/2017 e com relação ao quadro de pessoal, a unidade possui **10 colaboradores**, sendo: 1 técnico judiciário, 1 auxiliar judicial, 2 estagiários de graduação, 3 cedidos e 3 exclusivamente comissionados, sendo a supervisora e dois assistentes.

Dentre os 10 colaboradores, **2** (1 técnico judiciário e 1 auxiliar judicial) encontram-se em regime de teletrabalho, cujos requerimentos e declarações foram apresentados através do CPA nº 8500353-17.2023.8.06.0091 com apresentação de plano de trabalho individualizado, conforme Instrução Normativa nº2/2022/TJCE.

No tocante ao atendimento às partes, foi informado que é realizado pelos seguintes meios: presencial, e-mail, balcão virtual e *whatsapp business*.

Com relação ao gerenciamento do sistema SAJPG, verificou-se que os processos estavam devidamente sinalizados com as tarjas correspondentes, mormente quanto às filas de trabalho que indicam “pré-conclusão”, como “aguardando análise de gabinete” e “juntada de petição”, mostraram-se saneadas durante a verificação desta Corregedoria, constituindo **evidência primeira de organização e de bom desempenho da unidade, o que foi confirmado pela ausência de entraves na tramitação processual**, devendo especial atenção para as devoluções de carta precatórias, pois foi identificado demora na devolução e, posterior, arquivamento.

Ademais, observou-se ato ordinatório e certidão contendo exclusivamente o nome da estagiária que os elaborou, embora exista o registro da assinatura do servidor no SAJPG. Essa prática expõe para os usuários (advogados, partes e terceiros com acesso aos autos) informação equivocada a partir dos dados do próprio ato, dando a impressão de ter sido elaborado e firmado por estagiário.

Quanto à gestão da unidade, o magistrado e a supervisora informaram que é adotado um Plano de Gestão específico com ajustes semanais para identificar qual será a prioridade da semana.



Destaque-se que a competência do módulo judicial não é contemplada pela Secretaria Judiciária de 1ª Grau (SEJUD) e portanto os expedientes de cumprimento das ordens judiciais são confeccionados pelos servidores da unidade judiciária. Dessa forma, faz-se necessário o gerenciamento da confecção desses expedientes, bem como do seu cumprimento a fim de conferir maior celeridade ao andamento dos feitos.

No tocante às audiências, a Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciário informou que a mais distante está designada para o dia 18/10/2023, possuindo 136 processos aguardando a realização de audiência e 11 aguardando a designação de audiências.

Por fim, o magistrado informou que as audiências são realizadas de acordo com a disponibilidade do Promotor de Justiça e do Defensor Público às terças-feiras e quartas-feiras, tendo em vista que ambos apenas respondem na comarca. A partir do mês de julho, as sessões dos júris serão realizadas às terças-feiras e quintas-feiras, em razão da designação de Promotor Justiça específico para a realização desses atos.

17.3. Indicadores de desempenho/produtividade e cumprimento das metas nacionais.

Os trabalhos inspeccionais focaram nos dados estatísticos da unidade, referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023, e na análise dos processos listados no bojo deste relatório, o que foi suficiente para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Destaca-se que a unidade possui, a partir de dados coletados em junho de 2023, **1.084 processos pendentes de baixa**, o que significa uma diminuição de 1.612 processos no acervo da unidade, quando comparado com o quantitativo existente na última inspeção, realizada em setembro de 2019, que totalizava 2.696 processos. Importante ainda ressaltar que a unidade possui em tramitação **163 procedimentos investigatórios/inquérito/flagrante e 26 cartas precatórias**.

Passo a expor a situação verificada, no **SAJPG**, durante a análise, por amostragem, dos processos inspeccionados nos dias 22 e 23 de junho de 2023.

Nas filas “**concluso para despacho**”, “**concluso para decisão interlocutória**” e “**conclusos para sentença**” foram identificados, respectivamente, **28, 17 e 6 processos** com tramitação regular.

No tocante às **Cartas Precatórias**, detectamos uma **tramitação satisfatória**,



visto que, conforme verificado nos processos inspecionados no subitem 11.5, observou-se acompanhamento do cumprimento dos expedientes, identificando situações de cobrança dos mandados não devolvidos há mais de 45 dias, concluindo-se pela existência de um controle eficaz nas rotinas de cobrança tanto das deprecatas quanto dos mandados expedidos.

Com relação a **verificação no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP) em conjunto com SAJPG**, identificou-se que os Alvarás de Soltura estão sendo devidamente expedidos através do BNMP; contudo, em consulta aos processos não foi possível constatar a data de cumprimento dos alvarás em todos os processos inspecionados, tendo sido identificado nos procedimentos em tramitação tão somente a expedição e o envio para cumprimento.

Em consulta ao BNMP, verifica-se o não atendimento às solicitações da Presidência do Tribunal de Justiça para regularização dos documentos expedidos na plataforma do CNJ. Os Ofícios Circulares de n.º 21/2023 e 28/2023, encaminhados por malote digital às unidades judiciárias em 18/01/2023 e 31/01/2023, objetivaram a integridade das informações relativas aos mandados pendentes de cumprimento e cumpridos.

Há, por exemplo, mandados pendentes de cumprimento (0048493-28.2016.8.06.0091.01.0004-06; 0000509-64.2019.8.06.0181.01.0001-17; 0000278-58.2018.8.06.0153.01.0004-05; 0097907-29.2015.8.06.0091.01.0002-24; 0028078-67.2018.8.06.0151.01.0001-12; 8000045-09.2021.8.06.0091.01.0001-20; 8000018-55.2023.8.06.0091.01.0001-15) para início de pena nos regimes aberto e semiaberto, mesmo sendo sabido que o art. 22 da Resolução n.º 417/2021/CNJ não mais prevê a prévia prisão como condição para instauração da execução penal. A demora na regularização, pois, poderá provocar prisões indevidas.

A recente mudança no art. 22 da Resolução n.º 417/2021/CNJ, que passou a permitir a expedição da guia sem prisão, não acolhe o procedimento ora verificado na unidade. O que a norma pretende evitar é que a pessoa condenada seja levada ao cárcere e permaneça em estabelecimento inadequado ao regime, para somente após com o início da execução penal, seja aplicada a Súmula Vinculante n.º 56. Se a pessoa já se encontra no sistema prisional por qualquer outra ordem de prisão, a regra permanece sendo a da expedição de mandado e, na sequência, de guia a ele vinculada.

Em análise ao **Sistema Eletrônico de Execução Unificado**, verificou-se o seguinte: 7 processos referentes à execução de pena de multa; 57 processos com execuções ativas em regime aberto; 181 processos com execuções ativas em regime semiaberto; 54 processos com execuções ativas em regime fechado, tendo sido observada a concessão de livramento condicional em alguns casos, fazendo-se necessário, portanto, o saneamento dessas



inconsistências no referido sistema.

Foi identificado 1 processo de execução em regime aberto com a inconsistência: Pendentes de encerramento (8000085-88.2021.8.06.0091) e 1 processo de execução em regime fechado com a inconsistência: Pendente de encerramento (8000612-74.2020.8.06.0091).

Por ocasião da visita inspeccional, alguns entraves na execução dos trabalhos foram relatados, tais como: i) dificuldade em relação ao cumprimento dos mandados, fato que contribui sobremaneira na lentidão da marcha processual, uma vez que a Central de Mandados não conta oficial de justiça com atuação exclusiva; ii) lentidão dos sistemas devido as frequentes quedas no sinal de conexão com a rede; iii) ausência de Promotor de Justiça e Defensor Público com atuação exclusiva na comarca, o que já foi relatado no CPA nº 8500419-95.2023.8.06.0026.

Quanto à **produtividade do magistrado titular**, quando considerados os últimos 12 meses (5/2022 - 4/2023), encontra-se uma média de 41,83 sentenças mensais, o que **supre a demanda da unidade, estando acima da média do volume de processos ingressados**, que é de 30,33 por mês (demanda obtida dividido-se a quantidade de processos recebidos no ano de 2022 por doze meses). Igualmente satisfatória é a quantidade de decisões proferidas nos últimos 12 meses (5/2022 - 4/2023), contabilizando-se 2.658, com uma média de 221,5 por mês.

17.3.1. No que diz respeito ao monitoramento das Metas do CNJ e demais indicadores:

A unidade finalizou o ano de 2021 com: **142,81%** de Índice de Atendimento à Demanda; **71,71%** de taxa de congestionamento; **115,87%** de alcance da Meta 1 do CNJ; **129,56%** de alcance da Meta 2 do CNJ; **357,14%** de alcance da Meta 4 do CNJ; **91** processos paralisados há mais de cem dias; **1.209** processos pendentes de baixa (acervo). Esses bons indicadores resultaram no agraciamento do **selo ouro** – prêmio destaque do ano e certificado de **melhor unidade da entrância final em 2021**.

Analisando o ano de 2022 em comparação com 2021, percebe-se que:

- a) A taxa de congestionamento **diminuiu** para 70,74% (dez/22),
- b) O acervo **diminuiu** para 1.076 processos pendentes de baixa (dez/22),
- c) A Meta 1 **superou** o ano de 2021 e finalizou 2022 com o alcance de 217,07%;



- d) O IAD **não superou** 2021 e finalizou em 2022 com o alcance 129,36%,
- e) A Meta 2 **não superou** o ano de 2021 e foi alcançada em 104,22% (dez/22),
- f) A Meta 4 **não superou** o ano de 2021 e foi alcançada em **125,71%** (dez/22),
- g) A Meta 8 **alcançou** 200% (dez/22),
- h) A Meta 12 **alcançou** 200% (dez/22);
- i) O percentual de processos paralisados há mais de 100 dias **aumentou de** 7,53% (dez/21) para 15,71%(dez/22).

Em relação ao ano de 2023, até o mês de junho, a unidade possui os seguintes resultados:

- a) A taxa de congestionamento **diminuiu** para 65,14 (junho/23),
- b) O acervo **diminuiu** para 1.084 feitos (junho/23),
- c) A Meta 1 **foi cumprida** em 163,24% (junho/23),
- d) O IAD **atingiu** 132,99% (junho/23),
- e) A Meta 2 **alcançou** 100,89%,
- f) A Meta 4 **alcançou** 121,21%
- g) A Meta 8 alcançou 133,33% referente ao feminicídio e 166,67 referente à violência doméstica (junho/23),
- h) O percentual de processos paralisados há mais de 100 dias **diminuiu** para 0,55% (junho/23).

As omissões e irregularidades consignadas neste relatório são sanáveis com a implementação das seguintes recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

18 CONCLUSÃO

Por todo o exposto no item 17 – ANÁLISE deste Relatório de Inspeção conclui-se que a 1ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu/CE possui gestão administrativa e processual eficientes, o que reflete diretamente no desempenho sustentável da prestação jurisdicional, com bons indicadores e Metas Nacionais alcançadas (Metas 1, 2, 4 e 8 de 2021/2022/2023).

Não há necessidade, portanto, de instauração de qualquer medida



administrativa no âmbito desta Corregedoria para acompanhamento/monitoramento de indicadores de desempenho ou para esclarecimento de situação de fato ou irregularidade, sendo o bastante, para aprimoramento do serviço judiciário, o cumprimento das proposições (recomendações/determinações) contidas no presente relatório, razão pela qual submeto os presentes autos com a sugestão de que o magistrado titular seja notificado para conhecimento e adoção das seguintes recomendações, facultando-lhe apresentar manifestação no prazo de 10 dias.

18.1. Recomendações à unidade:

18.1.1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2023, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente), 2 (identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019, no 1º grau), 4 (priorizar o julgamento dos processos relacionados aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais) e 8 (Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos crimes de violência doméstica e feminicídio);

18.1.2. Instituir rotina de monitoramento dos procedimentos a fim de evitar paralisação na Secretaria da unidade;

18.1.3. Realizar o cadastro no Sistema de Informações Policiais (SIP3W), consoante disciplina a Portaria Conjunta nº1656/2020/PRES/CGJCE, com a finalidade de obter acesso aos laudos periciais produzidos pelos órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, como a Perícia Forense do Ceará (Pefoce);

18.1.4. Observar e dar atenção ao cumprimento das orientações constantes no Manual de Gestão dos Bens Apreendidos;

18.1.5. Não permitir a liberação nos autos de documentos contendo apenas o nome de estagiários.

18.2. Determinações à unidade:

18.2.1. Acompanhar o cumprimento dos alvarás de soltura na forma disciplinada no art. 6º e seguintes da Resolução nº 417/2021/CNJ, DJe/CNJ nº 244/2021, de 21 de setembro de 2021, devendo ser certificada a data de cumprimento do alvará de soltura após sua expedição;

18.2.2. Adotar as medidas pontuadas nos processos inspecionados no item 11;

18.2.3. Dar impulso aos procedimentos investigatórios paralisados apontados



neste relatório, bem como todos aqueles que se encontrem sem movimentação há mais de 100 dia;

18.2.4. Regularizar no BNMP os mandados pendentes de cumprimento e os cumpridos, nos estritos termos dos Ofícios Circulares n. 21/2023 e 28/2023 da Presidência do TJCE;

18.2.5. Sanear as inconsistências apontadas no SEEU especialmente nos processos de execução da pena em regime fechado.

São essas as considerações, proposições (recomendações) e conclusões que submeto à elevada consideração da Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça e do eg. Conselho Superior da Magistratura. **Caso aprovado este relatório de inspeção, sugere-se que os autos prossigam com seu curso regular devendo ser encaminhados ao Conselho Superior da Magistratura para análise e deliberação, nos termos do art. 57 do Regimento Interno desta Corregedoria-Geral da Justiça e art. 40, §2º, do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02, de 18 de janeiro de 2021, da Corregedoria Geral da Justiça).**

Além das medidas acima, **sugere-se** expedição de ofício à Presidência do Tribunal de Justiça para conhecimento desta inspeção, sobretudo acerca das reclamações/constatações sobre a situação estrutural da unidade apresentada no subitem 10.5.

Fortaleza, data da assinatura eletrônica

ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
Juiz Corregedor Auxiliar

